“Medicina não é curso pra filho de doméstica não”: (im)pactos da/para branquitude

*“Medicine is not a course for the son of a housemaid”:
(im)pacts off/for whiteness*

Alécia Lucélia Gomes Pereira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
alecia.lucelia@estudante.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4445-2036>

Melissa Raposo Costa
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
melissa.raposo@estudante.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0009-0001-5666-1284>

Maria Angélica Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
maria.angelica@professor.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1284-4564>

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura discursiva de um relato retirado do livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada doméstica” (2019), com o objetivo de analisar a relação entre a hegemonia da branquitude e a construção do racismo na definição dos lugares de privilégio na sociedade. Para tanto, baseia-se nos conceitos de pacto da branquitude (Bento, 2022), nas noções de discurso, poder e verdade (Foucault, 2012, 1979), e na colonialidade do poder (Quijano, 2010, 2005) e do ser (Maldonado Torres, 2007), além da perspectiva interseccional (Davis, 2016). A persistência de um padrão normativo branco define lugares sociais, refletindo os (im)pactos coloniais. Entretanto, a ironia (Brait, 2008) emerge como estratégia de resistência e reexistência (Souza, 2011).

Palavras-chave: (im)pactos da branquitude; poder-verdade; dispositivo de racialidade; colonialidade; resistência.

ABSTRACT

This article presents a discursive reading taken from the book *I, a housemaid: the modern slave quarters is the maid's room* (2019), with the aim of analyzing the relationship between the hegemony of whiteness and the construction of racism in defining places of privilege in society. To this end, it is based on the concepts of pact of whiteness (Bento, 2022), on the notions of discourse, power and truth (Foucault, 2012, 1979), and on the coloniality of power (Quijano, 2010, 2005) and being (Maldonado-Torres, 2007), in addition to the intersectional perspective (Davis, 2016). The persistence of a white normative standard defines social places, reflecting colonial (im)pacts. However, the irony (Brait, 2008) emerges as a strategy of resistance and re-existence (Souza, 2011).

Keywords: (im)pacts of whiteness; power-truth; raciality device; coloniality; resistance.

INTRODUÇÃO

Segundo Bento (2022), o pacto da branquitude, acordo tácito entre pessoas brancas, estabelece uma aliança entre sujeitos brancos para justificar e manter uma suposta supremacia destes que perpetuam opressões e restringem os espaços de privilégios para os sujeitos negros.

Partindo desse conceito, nosso objetivo geral neste artigo é analisar, a partir do relato do filho de uma empregada doméstica negra, como se estabelece a relação entre uma suposta hegemonia da branquitude e a construção do racismo na definição dos lugares de privilégio em nossa sociedade.

De forma específica, apresentamos, através de uma leitura discursiva de perspectiva foucaultiana, quais os lugares de (des)privilégios são atribuídos aos sujeitos quando inseridos em uma interação entre sujeitos brancos e negros. Buscamos responder à seguinte pergunta: como, através da relação entre uma suposta hegemonia branca e a construção do racismo, os lugares de privilégios são estabelecidos em nossa sociedade?

Para responder à indagação, utilizamos o relato do filho de uma mulher negra empregada doméstica presente no livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, escrito por Preta-Rara e publicado em 2019, a partir do qual será(ão) analisado(s) qual(is) o(s) lugar(es) que o sujeito filho não deveria e/ou poderia ocupar considerando-se o seu lugar social e o de sua mãe. Para tanto, utilizamos três categorias de análise: raça, classe e gênero. Observamos que, a partir do depoimento do

filho da empregada doméstica, a junção de todas essas categorias vistas de forma interseccionada contribuem para a existência de opressão e subjetivação dos sujeitos.

Dessa forma, destacar a intersecção entre raça, gênero e classe nos leva ao reconhecimento de como a representação social da mulher negra e empregada doméstica, presente em nossa racistocracia, aponta para situações que possibilitam a existência de discursos que limitam lugares sociais, seja para esses sujeitos, seja para sujeitos próximos, a exemplo do filho da empregada doméstica, como será detalhado em nossa análise. O termo racistocracia, desenvolvido por Vida (2022), designa um sistema político cujo objetivo fundamental é o controle dos recursos materiais e símbolos e do Estado por uma minoria branca.

Inicialmente, como forma de entendermos a manutenção de uma estrutura racial que coloca a branquitude em lugares de privilégio, adotamos, a partir dos estudos de Bento (2022), o conceito do pacto narcísico da branquitude. Nas palavras da autora, esse pacto é compreendido como “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

Em termos de organização, nosso artigo está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma breve explanação do trabalho doméstico em comparação com a escravidão, trazendo também o conceito de pacto da branquitude e as concepções de colonialidade, com ênfase na colonialidade do poder (Quijano, 2010) e na colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007). Na seção seguinte, focamos nos (im)pactos da raça, gênero e classe na construção dos lugares sociais, destacando a ironia como uma estratégia discursiva utilizada no processo enunciativo.

Realizamos uma leitura discursiva através de um estudo teórico-metodológico que articula gênero, raça e classe na definição de lugares para os sujeitos e, respectivamente, na configuração de opressões que demarcam desigualdades sociais e de oportunidades educacionais para os sujeitos a partir desta interseccionalidade, além da colonialidade.

Acreditamos na relevância do presente artigo para reafirmar a necessidade do combate ao racismo, assim como provocar a discussão acerca do pacto da branquitude, tendo em vista que persiste em nossa sociedade uma divisão racial e de gênero no trabalho que coloca a mulher negra em posições subalternas. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, a associação desse sujeito com o trabalho doméstico persiste,

sustentada pelo pacto da branquitude e pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa estratégia visa determinar as posições sociais que as mulheres negras podem ou não ocupar, como veremos em nossas análises.

Antes de iniciarmos as análises, é necessário explicitar as concepções de discurso e linguagem adotadas no presente trabalho.

LINGUAGEM, DISCURSO E IRONIA NA CONSTRUÇÃO DA REEXISTÊNCIA

A abordagem teórica e analítica que adotamos neste artigo nos encaminha à percepção do discurso enquanto elemento essencial para compreendermos como as sociedades funcionam e como as relações de poder são estabelecidas entre os sujeitos. Assim, assumimos uma perspectiva foucaultiana de discurso.

O discurso é responsável por formar os objetos de que falam, não se restringindo à combinação, dentro de um texto, entre coisas e palavras. Para Foucault (2012, p. 59),

Em todas essas pesquisas em que avancei ainda tão pouco, gostaria de mostrar que ‘os discursos’, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.

No detalhamento do conceito, o autor afirma que o discurso é formado por um grupo de enunciados que estão interligados por meio de uma formação discursiva em comum. Isso significa que os enunciados, dentro de um determinado discurso, seguem regras e convenções que incluem elementos como contexto histórico, social, político e cultural, bem como normas linguísticas e modos de interpretação validados por uma determinada comunidade discursiva. Nesse sentido, discurso é compreendido como um produto histórico, fixado em contextos específicos, refletindo e influenciando o

funcionamento da própria história através da incorporação de elementos de continuidade e descontinuidade que são característicos de processos históricos. A perspectiva foucaultiana reforça a importância de situar o discurso dentro de contextos históricos e sociais específicos, reconhecendo assim sua complexidade e influência na construção e transformação de saberes, poderes e verdades ao longo do tempo.

No enfoque foucaultiano, a linguagem não pode ser compreendida como uma entidade independente, mas sim, como um elemento inserido em práticas discursivas que a estruturam. Portanto, a linguagem também está determinada por normas, valores, poderes, saberes e verdades que circulam em nossa sociedade e é preciso encontrar maneiras de burlar essas determinações quando se quer ou é necessário dizer o que não pode e/ou não deve ser dito. Para tanto, podemos fazer uso de alguns recursos linguísticos, dentre os quais destacamos a ironia. Em nossas análises, como será possível acompanhar mais adiante, foi fundamental aprofundarmos o conceito de ironia. Para tanto, nos dedicamos à leitura de Brait (2008)¹. De acordo com a autora, a ironia é definida como um

[...] jogo entre o que o enunciado diz e a enunciação faz dizer, com objetivos de desmascarar ou subverter valores, processo que necessariamente conta com formas de envolvimento do leitor, ouvinte ou espectador (Brait, 2008, p. 140).

Ou seja, a ironia deve ser interpretada como uma estratégia discursiva para expressar algo que é, ao mesmo tempo, literal e subentendido, com o objetivo de desmascarar ou subverter valores, criticando de forma sutil e indireta. Nessa perspectiva, para compreendermos a ironia, devemos fazer uma análise que leve em consideração o contexto mais amplo em que o discurso é produzido. Assim sendo, os aspectos sociais, históricos e culturais são imprescindíveis para compreendermos o sentido irônico de um enunciado.

Também observamos, a partir de nossas análises, que a ironia funciona como uma estratégia de resistência evidenciada através do que Souza (2011) denomina de letramento de reexistência. De acordo com Souza (2011, p. 37):

¹ Embora as pesquisas da autora Beth Brait sejam, predominantemente, de perspectiva bakhtiniana, consideramos relevante citar seus estudos acerca da ironia, tendo em vista a necessidade analítica deste artigo.

Letramentos de reexistência aqui será a reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não. Para os rappers, a educação e a posse da palavra são marcadas pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações.

O letramento de reexistência, na perspectiva da autora, refere-se à reinvenção de práticas linguísticas e culturais nas quais o domínio da palavra torna-se uma ferramenta de autoconhecimento e resistência. Tal conceito reforça a importância da linguagem enquanto elemento de resistência e reexistência, permitindo que grupos marginalizados lutem contra opressões estruturais. Dessa forma, tanto a escrita do livro *Eu, empregada doméstica* quanto o relato específico que será aqui analisado, por refletirem e construírem novos valores e novas representações para mulheres negras empregadas domésticas, são considerados atos de resistência constituídos a partir do letramento de reexistência.

Na sequência, apresentamos algumas perspectivas teóricas que relacionam os aspectos de gênero, raça, classe e colonialidade na construção dos lugares sociais ocupados por mulheres negras em nossa sociedade.

OS SERVIÇOS DOMÉSTICOS COMO HERANÇA COLONIAL PARA MULHERES NEGRAS

De acordo com Davis (2016), desde os primeiros movimentos feministas pela conquista de direitos, é possível observar uma separação entre a relevância das lutas das mulheres brancas e a exclusão das mulheres negras, tendo em vista que estas não foram representadas pelos movimentos organizados por aquelas. Mesmo com a existência de diversas formas de discriminação enfrentadas por mulheres brancas de classe média e ricas, elas permanecem em situações privilegiadas, principalmente quando comparadas às mulheres negras e pobres. Nesse contexto, a perspectiva interseccional determina lugares e representações sociais, por isso são fundamentais para os estudos que buscam compreender quem é a mulher negra inserida em uma sociedade capitalista racista, opressora e segregacionista.

Há uma relação entre capitalismo, trabalho e raça, na qual está inserido o trabalho doméstico. Como uma herança da sociedade colonial, o trabalho doméstico, em uma porcentagem maior, ainda é destinado a mulheres negras, já que “durante o período do pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos” (Davis, 2016, p. 98). O fato de a mulher negra ser associada ao serviço doméstico está interligado diretamente ao longo tempo em que escravizadas tiveram que se submeter a esse serviço. Inclusive, no sul dos Estados Unidos, a escravidão foi sinônimo para o termo “instituição doméstica”, de acordo com Davis (2016). Conforme a autora, a escravidão era frequentemente disfarçada sob termos mais suaves, como “instituição doméstica”, e as mulheres escravizadas eram rotuladas como “serviçais domésticas”, uma maneira de minimizar as situações de opressões vivenciadas. Para os antigos donos de escravos, o trabalho doméstico era visto como algo degradante, quase tão ruim quanto a própria escravidão. Enquanto as mulheres negras desempenhavam uma variedade de funções domésticas, as mulheres brancas do Sul geralmente rejeitavam esse tipo de ocupação.

No Brasil, a segregação racial e de gênero no âmbito do trabalho doméstico evidencia que os sujeitos que desempenham esta profissão são majoritariamente mulheres negras, em decorrência de uma herança colonial que remonta às raízes escravistas, as quais exercem influência determinante nas dinâmicas sociais. De acordo com Gonzalez (2020), a presença de uma divisão racial e de gênero no trabalho não apenas evidencia a tripla discriminação sofrida pela mulher negra (baseada em raça, classe e gênero), mas também destaca sua posição no mercado de trabalho. Durante o período colonial, o trabalho doméstico tornou-se uma norma para as mulheres negras. Além de servirem em domicílios senhoriais, elas também podiam ser alugadas para outras famílias, aumentando a renda de seus senhores. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, manter as mulheres negras neste papel tornou-se uma estratégia para mantê-las em uma posição social específica. Em nosso país, a associação entre mulheres negras e trabalho doméstico remonta à abolição da escravidão, quando essa era praticamente a única opção de emprego oferecida às antigas escravizadas. Para Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), a profissão de doméstica no Brasil tem origem nesse período.

Segundo Carneiro (2002), após a abolição da escravatura, a população negra foi excluída da plena integração na sociedade. Especificamente, destaca-se o caso da mulher

negra, que continuou enfrentando restrições significativas no acesso ao mercado de trabalho, Carneiro (2002, p. 157) afirma que “as cartilhas infantis, até bem pouco tempo atrás, também reforçavam essa visão de negras somente como empregada doméstica”. Nas palavras de Bento (2022, p. 80),

o trabalho de doméstica remonta também a um espaço social que atravessa os séculos e bebe à fonte da escravidão. Mulheres negras responsáveis por cuidar, limpar e alimentar um lar. O universo das trabalhadoras domésticas é o que mais concentra mulheres negras no Brasil.

Este quadro comparativo entre o trabalho doméstico e a escravidão, que aponta para a determinação de lugares diferentes às mulheres brancas e às mulheres negras perdura até os dias atuais. Mesmo sendo inegável que as mulheres tenham enfrentado e ainda enfrentam a opressão de gênero, é igualmente verdade que as mulheres brancas se beneficiam das vantagens geradas pela estrutura colonial, o que justifica a relevância das pesquisas de Bento (2022) sobre a supremacia branca incrustada na sociedade. Para a autora, não há um problema negro, o que existe é um problema nas relações entre negros e brancos, nas quais evidencia-se a dominação de um grupo sobre outro “que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 15). Segundo Bento (2022), há um pacto, denominado de pacto da branquitude, que sustenta as desigualdades raciais e sociais no Brasil. Este pacto, descrito como uma cumplicidade não verbalizada (Bento, 2022), é uma aliança tácita entre pessoas brancas que contribui para a manutenção dos privilégios herdados pela população branca, ao mesmo tempo em que dificulta a ascensão e o trabalho da população negra. Através desse pacto, percebe-se como o racismo impacta as oportunidades profissionais e a ascensão da população negra, devido ao medo da perda de privilégios (Bento, 2022) por parte do povo branco, enraizado em uma herança histórica, cultural, discursiva e social de segregação.

O que fica em evidência é que existe um debate de natureza estrutural, responsável por levar certos grupos a ocuparem lugares determinados. Não é, desta forma, um apontamento para experiências individuais, como disse Ribeiro (2019, p. 60), através das seguintes palavras: “Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trata de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos

grupos restringe oportunidades”. Restringe oportunidades e evidencia uma colonialidade do poder, a partir da raça.

O conceito de colonialidade fornece uma compreensão da manutenção de uma estrutura de poder que classifica a população global, europeus e não-europeus, com base na raça. Raça é um conceito idealizado culturalmente e discursivamente para naturalizar os colonizadores como superiores aos colonizados. A ideia de raça promove uma dualidade entre povos, determina uma classificação social da população, colocando uns em posição de superioridade e legitimando uma subordinação dos povos considerados inferiores, os dominados. Essa noção de raça, forjada durante o período colonial, pode ser compreendida, conforme Quijano (2005, p. 118), da seguinte forma:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.

Desde então, a partir dessa noção de raça e através do desenvolvimento da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, surgem discursos e práticas racistas que resgatam as relações coloniais de dominação, tornando-as naturais e dividindo o mundo em dois, Europeus e não-europeus, a partir das diferenças entre as raças. A raça é central para o funcionamento da colonialidade do poder, agindo como uma definidora da hierarquização dos sujeitos e definindo os lugares inferiores para os sujeitos não-brancos. Para o peruano Quijano (2005), este conceito pode ser entendido a partir de um padrão global de poder criado pela relação entre modernidade, colonialismo e capitalismo mundial. Quijano argumenta que “os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p. 118).

A partir da colonialidade do poder, Maldonado-Torres (2007) apresentou a noção de colonialidade do ser. De acordo com o autor, a colonialidade do ser diz respeito à experiência pessoal da colonização e seu impacto na linguagem e na formação da subjetividade individual. Nesse sentido, o filósofo destaca que “a emergência do conceito de colonialidade do ser responde, portanto, à necessidade de esclarecer a questão sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não apenas nas mentes dos sujeitos subalternos” (2007, p. 130, *tradução nossa*²). A colonialidade do ser diz respeito à forma como as hierarquias e padrões estabelecidos durante a colonização continuam a moldar a forma como as pessoas se percebem, se relacionam e se posicionam no mundo, através das experiências vividas.

Também advindo da colonialidade do poder, surge o conceito de colonialidade do saber que remete à construção do conhecimento dentro das relações de poder. Nessa perspectiva, Ferreira e Machado (2022) defendem que sofremos um processo de colonização cultural, motivado por interesses coloniais e, posteriormente, capitalistas, que determinam o Norte global como o centro criador e distribuidor de saberes instituídos como verdades absolutas ao longo da história, definindo assim, nossa forma de pensar e os processos educacionais de forma geral. Uma das principais consequências da colonialidade do saber é o epistemicídio, que, segundo Carneiro (2023), trata-se da negação da legitimidade dos saberes produzidos por grupos dominados e socialmente marginalizados. Os sujeitos desses grupos, por conseguinte, são desqualificados como indivíduos capazes de produzirem conhecimentos relevantes para a sociedade, gerando um processo contínuo de hierarquização dos saberes e dos seres.

Os conceitos de colonialidade do poder, do ser e do saber estão interconectados, oferecendo uma compreensão ampla da persistência dos legados coloniais na sociedade contemporânea. Vejamos, no quadro 1, criado com base em Castro-Gómez e Grosfogel (2007) e Matos e Landulfo (2022), um resumo com as características dos três tipos de colonialidades:

Quadro 1 - Características das colonialidades do poder, do saber e do ser

COLONIALIDADE DO PODER	COLONIALIDADE DO SABER	COLONIALIDADE DO SER
-------------------------------	-------------------------------	-----------------------------

² “El surgimiento del concepto colonialidad del ser responde, pues, a la necesidad de aclarar la pregunta sobre los efectos de la colonialidad en la experiencia vivida, y no sólo en la mente de sujetos subalternos.” (Maldonado-Torres, 2007, p.130)

<p>1. Padrões de poder que surgiram como consequência de processos de colonização dos países europeus a partir do século XVI e continuam a influenciar os aspectos econômicos, políticos e sociais na atualidade.</p> <p>2. Utilização dos aspectos raciais e étnicos como elementos determinantes para o estabelecimento de hierarquias sociais, perpetuando o racismo e a discriminação de pessoas não-brancas.</p> <p>3. As desigualdades econômicas entre os países e as disparidades entre as condições de trabalho na atualidade também são consideradas consequências dos séculos de colonização.</p>	<p>1. Controle do saber e do conhecimento, estabelecido durante o período colonial e que persiste nos dias atuais.</p> <p>2. Privilégio dos saberes produzidos na Europa e no Norte Global, considerando-os universais.</p> <p>3. Desvalorização de saberes produzidos por populações marginalizadas, resultando na hierarquização dos saberes.</p> <p>4. Determinação dos sistemas educacionais durante o período de colonização e que se reflete até os dias atuais, reforçando os interesses dos países dominadores.</p> <p>5. O epistemicídio - a destruição de saberes e práticas culturais das populações colonizadas.</p>	<p>1. Impactos causados pelo processo de colonização na subjetividade e identidade das pessoas.</p> <p>2. Desumanização e inferiorização criadas e reforçadas através de discursos e práticas que constroem uma suposta inferioridade das populações colonizadas.</p> <p>3. Imposição de uma hierarquização racial na qual pessoas brancas são superiores a pessoas não-brancas.</p> <p>4. Controle e disciplinarização dos corpos através da imposição de normas e proibição de formas de expressão diversificadas.</p> <p>5. Prejuízo para a construção de memórias coletivas e/ou identidades individuais devido à imposição dos padrões de vida dos dominadores.</p>
--	--	--

Fonte: autoria própria.

De acordo com Quijano (2010), a colonialidade exerce influência e opera em todos os aspectos da vida social cotidiana, tanto em termos materiais quanto subjetivos. Por meio dos conceitos de colonialidade, essas interpretações históricas são possíveis e apontam para a existência de uma modernidade a partir do colonialismo. Essa concepção ressalta como as práticas coloniais persistem nos padrões de pensamento da sociedade, criando caminhos que tendem a excluir determinados grupos, a partir de regime de verdade.

De acordo com Foucault (1979), o regime de verdade instaura-se enquanto um campo estratégico que tem por função produzir verdades para fazer funcionar as relações de poder. Segundo o autor,

A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Foucault (1979) sugere que a verdade não existe independentemente do poder, mas é moldada por ele. Ela é produzida dentro de um contexto específico, não é algo absoluto e imutável, mas sim uma construção social que varia de acordo com o contexto e as relações de poder em vigor.

Ao falar do racismo, Kilomba (2019) destaca também o poder que envolve aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Dessa forma, o poder, associado ao preconceito, configura o racismo. Na opinião de Kilomba,

o racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. [...]. Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? (Kilomba, 2019, p. 76).

A autora afirma que o racismo não está limitado à dimensão do preconceito individual; ele incorpora a dimensão do poder. O poder influencia, através do racismo, a exclusão de grupos racializados no acesso a recursos valorizados, como representação política, na profissão, mídia, educação, saúde, entre outros. De acordo com Foucault (1979, p. 180), “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Na construção dos discursos há um dispositivo de poder, sustentado pela racialidade, que se impõe como estratégia para manter uma divisão de lugares para os povos brancos e os povos não brancos. Para Foucault, o dispositivo utiliza “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas” (Foucault,

1979, p. 246). Carneiro (2023, p. 31), comungando com o pensamento de Foucault (1979), diz que a racialidade, defendida por ela enquanto dispositivo de poder, é uma dualidade que tem “na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação”. A autora trata do caráter relacional do termo “racialidade”. Lê-se (Carneiro, 2023, p. 22):

Preliminarmente a racialidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades.

A racialidade, como um conceito relacional e social, está imbuída de concepções históricas e culturais que perpetuam desigualdades e privilégios distintos entre grupos. Sujeitos brancos frequentemente se beneficiam de privilégios e poder, enquanto os grupos racialmente marginalizados, em sua maioria não brancos, enfrentam discriminação, exclusão e acesso restrito a oportunidades.

Essa polaridade, evidenciada pela racialidade, também pode ser relacionada ao determinismo biológico, conforme será explorado em nossas análises. Ao longo da história, a noção de determinismo biológico, que sustenta que características como a raça determinam o comportamento e outras qualidades individuais, foi usada como uma “verdade” conveniente para justificar a discriminação e a opressão de grupos étnicos considerados “inferiores” com base em disparidades biológicas. O conceito de determinismo biológico foi especialmente explorado durante o colonialismo para justificar a escravidão através da utilização de teorias pseudocientíficas para legitimar a subjugação de povos indígenas e africanos, retratando-os como biologicamente inferiores aos europeus.

Essas ideias também foram reforçadas por teorias científicas como o poligenismo, que sugeriam que diferentes grupos raciais eram espécies biologicamente distintas, justificando assim uma hierarquia racial. Além disso, o eugenismo, que defendia a promoção da reprodução seletiva para “melhorar” a raça humana, também foi influenciado pelo determinismo biológico e contribuiu para políticas racistas e segregacionistas em várias nações.

Apesar do avanço das perspectivas científicas e da rejeição explícita do determinismo biológico em relação à raça, pela maioria dos cientistas contemporâneos, ainda persistem resquícios dessas ideias na sociedade, revelados através dos discursos e em práticas racistas. O racismo continua a prevalecer em diversas esferas, como na educação e no mercado de trabalho, refletindo convicções arraigadas sobre as supostas diferenças biológicas entre grupos raciais que favorecem a materialização de discursos de incapacidade a grupos não europeus, por serem considerados inferiores, devido a colonialidade do ser.

Em relação ao determinismo biológico e à prática do racismo, no artigo intitulado “Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina”, Fredrich, Coelho e Sanches (2022) apresentam uma análise abrangente sobre a experiência dos estudantes negros matriculados no curso de Medicina no Paraná em 2021. Os autores destacam que o racismo presente na escola médica está intrinsecamente ligado à aceitação do determinismo biológico pelo saber médico. Isso levou à atribuição de supostas diferenças cognitivas e culturais a fatores genéticos e fenotípicos, como cor da pele, tipo de cabelo, largura do nariz e formato do crânio, cujas consequências continuam evidenciadas até hoje em dados de saúde da população negra, entre outros marcadores sociais de desigualdade (Fredrich; Coelho; Sanches, 2022). Este discurso, oriundo do saber médico, estabeleceu-se como uma forma de poder e dentro de um regime de verdade que visa diminuir o sujeito negro em diversos aspectos, incluindo intelectuais, morais, culturais, políticos e sociais.

A ideia de uma inferioridade racial, por muito tempo, defendida pelas ciências, contribuiu, como um regime de verdade, para ocultar os verdadeiros objetivos econômicos e imperialistas por trás da empreitada colonial. Pelas relações de poder foram estabelecidas vontades de verdade, que atribuíam características físicas e morais inferiores aos negros, responsáveis por legitimar tanto a escravidão e a colonização. Para Munanga (2020, p. 30),

Com essas teorias sobre as características físicas e morais do negro patenteia-se a legitimação e a justificativa de duas instituições: a escravidão e a colonização. Numa época em que a ciência se tornava um verdadeiro objeto de culto, a teorização da inferioridade racial ajudou a esconder os objetivos econômicos e imperialistas da empresa colonial.

Embora, hoje, saibamos que tenha sido um saber produzido por uma pseudociência, infelizmente este saber estabeleceu-se como verdade que pode justificar a representação atual de uma imagem inferior do negro, através da circulação destes discursos e práticas racistas coloniais. A ciência, na imagem de sujeitos brancos, na medida em que propagava a inferioridade do negro, por meio de enunciados sob a forma de uma verdade, estabelecia a vontade de verdade de não mudança de lugares tanto para os povos brancos quanto para negros. Eles, os brancos, deveriam permanecer no lugar que estão, de privilégios, acesso aos estudos, já os negros no lugar que também se encontravam, servidão.

Para Fredrich, Coelho e Sanches (2022, p. 6),

representação de pessoas negras como passivas ao processo de escravização, intelectualmente inferiores e afeitas a trabalhos braçais cria as condições para a internalização desses valores por pessoas brancas e não brancas, naturalizando desigualdades historicamente e socialmente construídas.

Atualmente, existe, também, outra vontade de verdade que aponta para uma concepção de classe social elevada que associa a raça branca à riqueza e à prosperidade, enquanto relaciona a raça negra à pobreza e à servidão. Essa percepção tem suas origens em contextos econômicos escravistas e tem por base, também, o racismo científico. Como diz Friedrich, Coelho e Sanches (2022, p. 5):

A visão de ‘classe social elevada’ demonstra um marcador racial da condição socioeconômica, que associa livremente raça branca à riqueza e raça negra à pobreza e servidão. Cabe notar que esse pensamento não surge espontaneamente, mas advém de uma base material que, ao mesmo tempo que construiu essa realidade por meio da economia escravista, do imperialismo e do racismo científico, ainda fomenta uma ideia de naturalidade e, portanto, impossibilidade de mudança.

Para Gonzalez (*apud* Fredrich; Coelho; Sanches, 2022) após a abolição da escravatura, a falta de acesso à formação profissional contribuiu para uma divisão social do trabalho que acabou por gerar uma divisão racial. O racismo, como fenômeno global e fenotípico (Moore, 2007), sustenta e reforça as desigualdades materiais, resultando em empregos precários e condições de trabalho desfavoráveis para a maioria das pessoas negras, o que, por sua vez, impede seu acesso ao ensino superior e a perspectivas de vida

melhores. Essa realidade é ainda mais desafiadora para as mulheres negras, que muitas vezes se veem responsáveis não só por seu próprio sustento, mas também pelo cuidado doméstico e pelo sustento de toda a família, destacando as interseções entre gênero, raça e classe.

Nesse sentido, como consequência da colonialidade do poder, do saber e do ser, assim como da naturalização de uma herança histórica, cultural, discursiva e social dos séculos de escravização do povo negro, o trabalho doméstico, além de menosprezado, tornou-se um lugar atribuído à mulher negra, por meio de um regime de verdade, como o único possível, como veremos a seguir, em nossas análises.

(IM)PACTOS DE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E COLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE LUGARES SOCIAIS

Em racistocracias (Vida, 2022) como a nossa, as desigualdades de raça, classe e gênero persistem como formas de desqualificar os sujeitos. Na relação de trabalho entre patrões e empregadas domésticas, esses desqualificadores tornam-se mais aparentes, destacando o dispositivo de racialidade através do privilégio decorrente da posição social e da branquitude. Assim, por uma vontade cultural, classista, histórica, social, os familiares das empregadas domésticas negras também são excluídos de determinados lugares, como é possível observar a partir do relato (R³), a seguir:

R: Sou L., de MG, filho de C., que trabalhou a vida toda como empregada doméstica e de quem tenho muito orgulho!

Em uma das casas que minha mãe trabalhou, há alguns anos atrás (sic), **a patroa fazia pães caseiros e, depois de prontos, contava-os para ter certeza de que minha mãe não os estava “roubando”**. Na época eu havia decidido que queria estudar medicina (curso que estudo hoje) e, ao contar à patroa, minha mãe ouviu algo como **“Medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças à Deus se seu menino se formar no Ensino Médio”**. Posteriormente, **minha mãe foi despedida desse emprego após negar ter “roubado” balas de coco de um pote de doces que pertencia ao neto da ‘sinhá”**.

³ Os destaques, em negrito, presentes no relato, são nossos.

Gostaria, ainda, de parabenizar a quem teve a ideia de criar a página! É uma excelente forma de dar visibilidade a uma classe trabalhadora tão desfavorecida e mal tratada (sic) em nosso país! (Rara, 2019, p. 97).

No relato acima, embora não haja uma autodeclaração de raça explícita, a presença do termo “sinhá” sugere a identificação da raça negra, pois na história da colonização, eram as mulheres negras que estavam submetidas aos mandos e desmandos das “sinhás”, mulheres brancas e ricas. De acordo com o Dicionário Online de Português, *sinhá* é a “forma com a qual os escravos designavam a senhora, a patroa”. Assim, o termo “sinhá” tem origens históricas no período colonial brasileiro, especialmente durante a era escravista, sendo empregado pelos/as escravizados/das para se dirigirem às mulheres brancas, frequentemente suas senhoras ou mulheres da elite colonial. Essa expressão é uma manifestação de submissão, marcada pela hierarquia e, ao mesmo tempo, pelo respeito em relação à mulher branca da casa. Especificamente em relação ao relato, ao fazer menção à patroa utilizando a expressão *sinhá*, acreditamos existir, além de uma diferença de classe, uma diferença racial entre a mãe do enunciador do relato - a empregada doméstica - e a patroa, mulher (*sinhá*) branca.

O uso do termo “sinhá” reflete as relações sociais hierárquicas e desiguais desse contexto e que permanecem em nossa sociedade como uma herança que demarca uma colonialidade do poder e uma colonialidade do ser, na qual estamos inseridos. Desta forma, para além do conceito histórico acima mencionado, o termo ‘sinhá’, no presente relato, materializa-se como uma estratégia discursiva inscrita sob a forma irônica. A ironia, a partir do uso do termo sobredito presente no trecho: *minha mãe foi despedida desse emprego após negar ter 'roubado' balas de coco de um pote de doces que pertencia ao neto da 'sinhá'*, denuncia a heteroidentificação da mãe do relator, bem como revela a desigualdade presente na relação entre patroa e empregada doméstica. Neste sentido, o uso do termo “sinhá”, ao ser posto de forma irônica, revela a existência de relações dinâmicas e plurais entre o texto e o contexto que cercam a situação discursiva, evidenciando valores culturais que apontam para a desigualdade existente entre patroas e empregadas domésticas.

Sendo assim, em concordância com Brait (2008) e entendendo a ironia como algo que opera no nível da linguagem e funciona a partir de discursos, é possível dizer que a palavra “sinhá” está sendo usada de forma irônica no enunciado, porque evoca uma conotação histórica associada à época da escravidão no Brasil. Portanto, ao mencionar

“sinhá”, o enunciado, associado ao contexto colonial, sugere uma estrutura social antiga e desigual que persiste no presente reproduzindo discursos e práticas que refletem a colonialidade do poder e do ser no cotidiano e reforçam a existência do dispositivo da racialidade intermediando as relações entre pessoas brancas e não brancas, nas quais a empregada doméstica pode ser vista como uma figura subordinada ou marginalizada. A palavra “sinhá” utilizada de forma irônica pelo narrador reforça o reconhecimento da reprodução de discursos e práticas racistas e coloniais evidenciada a partir do comportamento da patroa. Utilizar essa expressão de forma irônica é uma estratégia de resistência do filho da empregada doméstica que reconhece uma relação de poder desigual entre sua mãe, mulher negra, empregada doméstica, e a patroa, mulher branca. A partir desse reconhecimento, ele ressignifica toda a situação ocorrida no contexto do trabalho, analisando-a de forma crítica revelando um ato de resistência. Portanto, o uso irônico da palavra “sinhá” demonstra um letramento crítico de reexistência, a partir do momento em que o narrador desconstrói, através da ironia, discursos e práticas racistas reproduzidos pela branquitude. Ainda é possível destacar que o termo “roubado” está entre aspas para indicar que a ação não foi realmente um roubo, mas sim uma acusação injusta. Desta forma, tanto o uso dos termos “sinhá” quanto “roubado” revela um enunciador crítico, que faz uma leitura pertinente dos processos de colonialidade do poder e do ser presentes em nossa sociedade.

Prosseguindo com a análise, observamos que o relato de L. evidencia situações de humilhação, como a contagem dos pães realizada com o objetivo de que a empregada doméstica negra não os roubasse, *a patroa fazia pães caseiros e, depois de prontos, contava-os para ter certeza de que minha mãe não os estava ‘roubando’*. A partir deste enunciado é possível observar a construção discursiva do indivíduo negro enquanto sujeito fora da lei, ladrão, como alvo de desconfiança. Essa desconfiança resgata uma memória histórica mais ampla que associa o sujeito negro à marginalidade e à suspeição. De acordo com informações da edição 2023/2024 do relatório “A Situação dos Direitos Humanos no Mundo”, publicado pela Anistia Internacional, existe um uso excessivo da força, por parte das autoridades estatais, especialmente contra pessoas não brancas. Entre julho e setembro de 2023, pelo menos 394 pessoas foram mortas em operações policiais nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. No geral, o relatório destaca a persistência da brutalidade policial, dos assassinatos ilegais e das prisões arbitrárias com

base em preconceitos racistas, não apenas no Brasil, mas também em outros países das Américas. Isso comprova como os corpos negros são lidos através da normalização da suspeita. Além disso, a Anistia Internacional destaca que o Brasil tem uma das maiores desigualdades do mundo, criando uma série de violações dos direitos humanos, especialmente para pessoas negras e mulheres. Com isso, a cena descrita no relato sugere a persistência desses estereótipos e da marginalização do sujeito negro na sociedade.

Além da representação das pessoas negras como marginalizadas, no relato, há o menosprezo em relação à aspiração educacional do filho da empregada doméstica, apontando uma colonialidade do poder e do ser, quando esta diz que ele quer cursar medicina e o comentário da patroa ressalta o discurso naturalizado e segregador em nossa sociedade que determina os lugares que podem e que não podem ser ocupados por pessoas pobres e negras. O curso de medicina, por exemplo, não seria apropriado para o filho de uma empregada doméstica (*medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças à Deus se seu menino se formar no Ensino Médio*), tendo em vista que a maioria dos médicos em nossa sociedade advém de famílias ricas e brancas que puderam garantir educação de qualidade aos seus filhos, fato determinante para conseguir alcançar um lugar concorrido nos cursos de medicina.

Na perspectiva do determinismo biológico, criou-se uma vontade de verdade que tem por base discursos advindos de antigos saberes médicos, os quais afirmavam que os aspectos físicos determinavam o caráter e os lugares sociais dos sujeitos. Tendo a pele escura, cabelos crespos ou prognatismo, o indivíduo deveria pertencer a uma classe inferior, caso possuísse características contrárias, pele clara, cabelos lisos e o rosto ortognato, estaria na classe elevada (Munanga, 2020).

Portanto, nessa perspectiva de inferioridade da negritude, a mobilidade vertical da mulher negra ou dos seus filhos, como no relato, é estagnada social, cultural, biológica e discursivamente. Nossa sociedade constrói e impõe vontades de verdade que médicos e médicas devem ter a pele clara e, ao mesmo tempo, comunga com outra vontade de verdade, a de impedir que o sujeito negro se iguale, dentro do mercado de trabalho, ao sujeito branco.

As condições de classe e raça precedem e determinam quem pode cursar Medicina, como observamos no enunciado *“Medicina não é curso pra filho de doméstica não. Dê graças a Deus se seu menino se formar no Ensino Médio”*. Uma visão sócio e

historicamente criada e reforçada pelos discursos, pela cultura e pela mídia, a exemplo das representações atribuídas aos negros e negras nas telenovelas, nas quais, geralmente, as mulheres negras interpretam a empregada doméstica e a imagem do médico é encenada por brancos.⁴ São representações que naturalizam desigualdades, muitas vezes, internamente aceitas, por brancos e não brancos.

O dispositivo de racialidade apresenta-se no relato a partir da existência de dois lados bem demarcados: de um lado devem ficar os incluídos socialmente, brancos e ricos, e do outro, devem estar os negros e negras, que nunca serão socialmente incluídos e aceitos por aqueles que fizeram o pacto da branquitude. Uma vontade de verdade que deixa em destaque a quem devem ser designados os saberes acadêmicos e não acadêmicos, demarcando uma colonialidade do ser e do saber. Partindo dessa compreensão, seria impensável que o filho de uma empregada doméstica negra se torne médico. Ser uma mulher negra empregada doméstica é inserir-se em uma narrativa discursiva racista, e, portanto, a ascensão do filho dessa mulher à profissão médica representa uma transgressão à vontade de verdade estabelecida por uma classe social dominante e predominantemente branca.

Como nos afirma Kilomba (2019), a norma branca foi definida como padrão em nossa sociedade. Dessa forma, a elaboração do sujeito negro como “o diferente” foi uma consequência dessa definição. No entanto, é importante destacarmos que a diferença foi estabelecida em relação a um grupo dominante que tem o poder de se definir como norma e excluir desta norma todos aqueles que não estão no padrão branco. A branquitude, portanto, tornou-se o ponto de referência, a partir do qual todas as outras identidades raciais são consideradas diferentes, gerando uma estrutura social racista e segregacionista. A construção dessa diferença, segundo Kilomba (2019), também posiciona o sujeito negro no lugar de inferioridade. Esses aspectos referenciados pela autora podem ser vistos no relato aqui analisado, em que o sujeito negro, o diferente do branco, é identificado como alguém inferior, fora do padrão, portanto, incapaz de cursar medicina. A combinação da diferenciação de cor com essa hierarquia constitui o processo discriminatório, conforme afirmado pela autora.

⁴ Embora estejamos vendo algumas mudanças nessas representações em muitos espaços midiáticos, a desconstrução desses estereótipos é um processo lento e difícil diante dos séculos de reprodução de discursos que ratificam esses lugares sociais sempre tão bem divididos entre pessoas negras e pessoas brancas em nossa sociedade.

O discurso de denúncia presente em R1 evidencia a vontade de verdade disseminada em nossa racistocracia (Vida, 2022) que defende que o lugar do povo negro é o lugar de servidão, e a depender do tom da pele, da textura do cabelo, das feições da face, esse lugar muda consideravelmente. Entretanto, também notamos uma quebra nessa ordem racista e determinista do relato a partir do momento em que o narrador utiliza a ironia como uma estratégia discursiva de resistência e reexistência (Souza, 2011).

Pelos discursos em análises constroem-se vontades de verdade, com efeitos específicos de poder, de que ocupar um lugar de prestígio em nossa formação social é um privilégio da branquitude, marcado pelo dispositivo de racialidade. No entanto, chegamos às considerações finais do artigo destacando que, apesar destes discursos, há movimentos de resistência que marcam lugares de reexistências que apontam para outras narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ocidente, marcada pelos processos de colonização europeia, contribuiu para a perpetuação do racismo. À medida que indivíduos brancos assumiram posições de poder e autoridade, consolidou-se a ideia de que apenas eles eram aptos para ocupar determinados espaços e posições de destaque. Esse fenômeno levou à criação e manutenção de um pacto social que protege os privilégios dos brancos, enquanto relega os negros a posições subalternas e desprivilegiadas. Pelas análises, percebemos que a estrutura racial de poder estabelecida durante a colonização continua a influenciar as dinâmicas sociais e de privilégio na atualidade.

A partir das leituras teóricas e análises realizadas, observamos que os privilégios resultam do racismo e que este manifesta-se através da imagem construída acerca do sujeito mulher negra empregada doméstica. Além das categorias de classe e raça, percebemos que há um debate de natureza estrutural que define lugares sociais a serem ocupados por sujeitos brancos, ao mesmo tempo que restringe oportunidades sociais consideradas privilegiadas para outros, os sujeitos negros. Assim, impõe-se uma vontade de verdade de que resta ao sujeito mulher negra lugares sociais restritos, dentre os quais, assumir a função profissional de empregada doméstica como se esse espaço já estivesse naturalmente destinado a essas mulheres (e só a elas). A construção histórica, social e discursiva do sujeito mulher negra como alguém que ocupa a base da pirâmide social

permanece tão arraigada em nossa sociedade que os discursos de exclusão foram e são naturalizados de forma quase inquestionável, principalmente pela parcela branca e rica da sociedade que sempre foi privilegiada por essa naturalização do lugar da mulher negra na nossa sociedade racista e segregacionista.

Concluimos, portanto, que em nossa sociedade a persistência do racismo permite (des)classificar, hierarquizar, inferiorizar e determinar os lugares dos indivíduos com base na raça, gênero e classe social. No entanto, existem resistências. O livro de Preta-Rara, ex-empregada doméstica, exemplifica essa resistência ao exteriorizar as experiências das empregadas domésticas, dando voz a essas mulheres. Essas vozes são atravessadas por discursos que se materializam através da ironia, utilizada como uma estratégia discursiva intencional para afirmar o oposto do que é dito. Como um dos relatos do livro afirma, há um “desejo que nossa voz ecoe, que os privilégios sejam rompidos e histórias como essas nunca mais sejam contadas” (Preta-Rara, 2019, p. 89). A partir de estratégias de resistência, povos negros e originários estão escrevendo uma nova história, demonstrando que sim, pessoas não brancas podem cursar medicina ou qualquer outro curso. As histórias dos sujeitos mulheres negras empregadas domésticas e de seus filhos, presentes no livro supracitado, testemunham essa realidade.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34 [Fundação Carlos Chagas], 2002. p. 150-185.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFÖGEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana - Instituto Pensar, Universidad Central - IESCO, Siglo del hombre, 2007.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Dina Maria Martins; MACHADO, Lucineudo Irineu. Colonialidade do saber. In: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas: Pontes Editores, 2022, 67 - 75.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução: Roberto Machado. 29 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREDRICH, Vanessa C. R.; COELHO, Izabel C. M.; SANCHES, Leide C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, p.1-14, abr. 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p.43-57

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Trad. De Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. 1 ed. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MATOS, Doris; LANDULFO, Cristiane (orgs.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 68-107.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (orgs). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui. In: *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder - Eje 3*. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 757-776. ISBN 978-987-722-018-6.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>.
Acesso em: 10 Mar. 2024.

RARA, Preta. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. 1 ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SINHÁ. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sinha/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Os Lugares das Empregadas Domésticas. *Revistaoes*. Salvador, v. 22, n. 72, p. 161-178. Jan./Mar. 2015.

VIDA, Samuel. Racistocracia: o verdadeiro nome da democracia que se alimenta do racismo. In: SANTOS, Hélio (org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822>2022)*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Recebido em: 31/05/2024

Aceito em: 05/08/2024

Alécia Lucélia Gomes Pereira: Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre pelo Programa da Pós-Graduação de Letras - PPGL/UFPB (2013). Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna pela Universidade Federal de Campina Grande (2011). Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase no Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Foi professora contratada pela Universidade Estadual da Paraíba Possui experiência na área de Letras, Língua Portuguesa, leitura e produção textual, atuando, principalmente, nas áreas da Análise de Discurso Francesa e em estudos decoloniais.

Melissa Raposo Costa: Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e faz doutorado em Linguagem e Ensino, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino e Aprendizagem de Língua Materna, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, formação de professores, relação teoria-prática. Atualmente tem interesse em análise do discurso e construção de discursos racistas.

Maria Angélica Oliveira: Possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1997), especialização em Leitura e Produção de Textos (1998); mestrado em Letras (2001); doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2005); pós-doutorado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (2021). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, em Língua Francesa, em Análise de Discurso e em Letramento Racial Crítico. Orienta pesquisas que se filiem ao campo dos Estudos Discursivos, dos Estudos Literários e dos Estudos decoloniais. Tem interesse na investigação de práticas de linguagem que busquem problematizar e combater a invisibilidade do lugar histórico dos sujeitos não-brancos e de seus respectivos saberes, no plano do real ou da ficcionalidade. Seu projeto atual desenvolvido no PPGLE/UFCG visa questionar as vontades de verdade da visão monocromática e ocidentalocêntrica da racistocracia (VIDA, Samuel; 2022) em que vivemos que justifica e perpetua práticas intolerantes e violentas. Atualmente é pós-doutoranda do PÓSCRÍTICA/UNEB.